

Orçamento familiar e o consumo alimentar dos moradores de Rio Paranaíba - MG antes e durante a pandemia de COVID-19

Family budget and food consumption of residents of Rio Paranaíba - MG before and during the COVID-19 pandemic

Presupuesto familiar y consumo de alimentos de los residentes de Rio Paranaíba - MG antes y durante la pandemia de COVID-19

Recebido: 10/08/2022 | Revisado: 25/08/2022 | Aceito: 27/08/2022 | Publicado: 05/09/2022

Juliana Thays Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1850-0455>
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
E-mail: juliana.thays@ufv.br

Ney Paulo Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1883-7135>
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
E-mail: ney.moreira@ufv.br

Martha Elisa Ferreira de Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5906-2244>
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
E-mail: martha.almeida@ufv.br

Resumo

O orçamento das famílias foi afetado pela pandemia de COVID-19, principalmente devido à paralisação de diversos estabelecimentos comerciais, sendo que os hábitos alimentares sofreram mudanças devido à redução no acesso aos alimentos, e uma piora na sua qualidade nutricional. O objetivo deste estudo foi avaliar o orçamento familiar e o consumo alimentar dos moradores de Rio Paranaíba - MG antes e durante a pandemia de COVID-19. O estudo de caráter exploratório, descritivo e quantitativo, ocorreu por meio de um questionário *online* semiestruturado elaborado no *Google Forms*. Os dados estão apresentados nas frequências absolutas e relativas. A maioria dos avaliados eram do sexo feminino e apresentavam até 40 anos. Houve um impacto no orçamento das famílias, pois antes da pandemia 31,53% dos entrevistados tinham uma renda entre 1 e 2 salários-mínimos, e durante a pandemia 50,74% possuíam tal rendimento, fato este que alterou alguns hábitos alimentares, pois alguns relataram que durante a pandemia não ingeriram nenhum dia da semana as frutas, verduras, carnes e leites; e dentre aqueles que ingeriam diariamente tais alimentos houve uma redução no seu consumo. A maioria relatou não ingerir alimentos industrializados durante a pandemia, sugerindo que o maior tempo em casa devido o isolamento social possibilitou o preparo e o consumo de alimentos mais saudáveis como as frutas e verduras. Concluiu-se que há necessidade de discussões quanto as políticas públicas que possam contribuir com melhorias do orçamento destas famílias de Rio Paranaíba para aumentar o poder de compra dos alimentos que impactam na sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Famílias; Renda; Nutrição.

Abstract

The family budget was affected by the COVID-19 pandemic, mainly due to the stoppage of several commercial establishments, and eating habits have changed due to reduced access to food, and a worsening in their nutritional quality. The objective of this study was to evaluate the family budget and food consumption of residents of Rio Paranaíba - MG before and during the COVID-19 pandemic. The exploratory, descriptive and quantitative study took place through a semi-structured online questionnaire prepared in Google Forms. Data are presented in absolute and relative frequencies. Most of the evaluated were female and were up to 40 years old. There was an impact on the family budget, as before the pandemic 31.53% of respondents had an income between 1 and 2 minimum wages, and during the pandemic 50.74% had such income, a fact that changed some eating habits, as some reported that during the pandemic they did not eat fruit, vegetables, meat and milk on any day of the week; and among those who ate such foods daily, there was a reduction in their consumption. Most reported not eating processed foods during the pandemic, suggesting that the longer time at home due to social isolation, made it possible to prepare and consume healthier foods such as fruits and vegetables. It was concluded that there is a need for discussions about public policies that can contribute to improvements in the budget of these families in Rio Paranaíba to increase the purchasing power of food that impact their quality of life.

Keywords: Families; Income; Nutrition.

Resumen

El presupuesto familiar se vio afectado por la pandemia del COVID-19, principalmente por la paralización de varios establecimientos comerciales, y los hábitos alimentarios han cambiado por la reducción del acceso a los alimentos y el empeoramiento de la calidad nutricional de los mismos. El objetivo de este estudio fue evaluar el presupuesto familiar y el consumo de alimentos de los residentes de Rio Paranaíba - MG antes y durante la pandemia de COVID-19. El estudio exploratorio, descriptivo y cuantitativo se realizó a través de un cuestionario online semiestructurado elaborado en Google Forms. Los datos se presentan en frecuencias absolutas y relativas. La mayoría de los evaluados eran del sexo femenino y tenían hasta 40 años. Hubo un impacto en el presupuesto familiar, ya que antes de la pandemia el 31,53% de los encuestados tenía un ingreso entre 1 y 2 salarios mínimos, y durante la pandemia el 50,74% tenía ese ingreso, hecho que cambió algunos hábitos alimentarios, pues algunos reportaron que durante la pandemia no comieron frutas, verduras, carne y leche ningún día de la semana; y entre los que comían diariamente tales alimentos, hubo una reducción en su consumo. La mayoría informó no comer alimentos procesados durante la pandemia, lo que sugiere que el mayor tiempo en casa debido al aislamiento social hizo posible preparar y consumir alimentos más saludables como frutas y verduras. Se concluyó que existe la necesidad de discusiones sobre políticas públicas que puedan contribuir a mejoras en el presupuesto de estas familias en Río Paranaíba para aumentar el poder adquisitivo de los alimentos que impactan en su calidad de vida.

Palabras clave: Familias; Ingreso; Nutrición.

1. Introdução

Em 2019 o mundo conheceu o vírus SARS-CoV-2 que provocou milhões de mortes e muitos prejuízos em diversos setores. Diante dos altos índices de contaminação do novo coronavírus, diversas autoridades mundiais e do Brasil decretaram a suspensão de vários serviços, e incentivaram as pessoas a permanecerem em suas casas (Zago, 2021). No entanto, o período de quarentena se estendeu por meses, e provocou o encerramento definitivo de diversos estabelecimentos comerciais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um relatório demonstrando que na primeira quinzena de junho de 2021 cerca de 522,7 mil empresas tiveram suas atividades encerradas de forma temporária ou definitiva (Brasil, 2021b).

Devido à incerteza mundial, além da avaliação de que os lucros das empresas provavelmente seriam menores pelo impacto da COVID-19, os mercados de ações globais tiveram perdas significativas (Khatib, 2020). O isolamento, embora necessário, vem provocando graves complicações sociais e econômicas com um grande impacto nos hábitos de compra, incluindo as rupturas das cadeias logísticas, falências de empresas e o desemprego (Moretti *et al.*, 2021). Os dados obtidos ainda não abrangem os prejuízos estendidos aos trabalhadores informais, que devido ao isolamento foram impedidos de gerar renda e proporcionar a subsistência familiar (Steele *et al.*, 2020).

A insegurança financeira preocupou milhões de pessoas em todo mundo, e fragilizou suas necessidades básicas como a alimentação (Souza *et al.*, 2020). De acordo com dados divulgados em 19 de agosto de 2021 pelo IBGE, milhões de brasileiros enfrentavam dificuldades financeiras para se alimentar corretamente, sendo que antes da pandemia 41% da população brasileira vivia em condição de insegurança, sem ter a certeza de levar para casa os alimentos em quantidade e qualidade suficientes (Brasil, 2021b).

Segundo o IBGE, cada brasileiro tinha um gasto médio mensal de R\$ 209,12 com alimentação, e com a crise do SARS-CoV-2 a conjuntura financeira se agravou, e atingiu um número cada vez maior de pessoas. Em julho de 2021, 70% dos entrevistados aumentaram os gastos com alimentação durante a pandemia, sendo que 26,56% revelaram um acréscimo de mais de 50% no gasto mensal com a compra de gêneros alimentícios, enquanto 28% destacaram um aumento de 10 a 30%, sendo apontado que seriam necessários R\$348,00 mensais para o consumo mínimo dos alimentos (Brasil, 2021c). Dados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) demonstraram que a expansão do custo dos gêneros alimentícios foi de 14,09%, ou seja, o maior desde 2002 (Souza *et al.*, 2020).

Muitos comportamentos individuais e familiares foram modificados com a pandemia, conforme as características culturais, educacionais e econômicas. Um comportamento muito divulgado, nos meios sociais, foi quanto à alimentação que sofreu influências positivas e negativas. A maior permanência no domicílio, aliada ao fechamento de bares e restaurantes,

aumentou o preparo de refeições saudáveis na residência, tendo como justificativa a necessidade de aumentar as defesas imunológicas contra o SARS-CoV-2. Entretanto, também houve a dificuldade de obtenção de alimentos frescos devido à redução na renda familiar pelo desemprego (Steele *et al.*, 2020).

Mediante a inexistência de estudos durante a pandemia de COVID-19 sobre o orçamento familiar e o consumo alimentar dos moradores de Rio Paranaíba e de outras cidades pequenas da região do Alto Paranaíba em Minas Gerais e do Brasil, justificou a realização desta pesquisa. Diante do exposto, este estudo visa responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os impactos da pandemia por COVID-19 no orçamento familiar e no consumo alimentar dos moradores de Rio Paranaíba - MG?

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada no ano de 2022, na cidade de Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil, e de forma individual. Cada participante recebeu semanalmente uma mensagem convite via os grupos de *WhatsApp* das rádios Paranaíba FM e Máximus FM. O *WhatsApp* das emissoras possui quatro listas de transmissão com aproximadamente 4.000 indivíduos, contendo um público mais jovem na Rádio Máximus FM e um mais idoso na Paranaíba FM. O questionário foi disponibilizado no período de um mês no site das emissoras. Após decorrido este tempo, as respostas não foram mais aceitas. Ao aceitar, o participante clicou no *link* que deu acesso à leitura para emitir a concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O estudo foi de caráter exploratório, descritivo e quantitativo (Gil, 2002). As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Na maioria dos casos, envolvem o levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e a análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2002).

A população do estudo foi composta por moradores do município de Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil, com idade maior ou igual a 18 anos, de várias classes sociais, gêneros e faixa etária, que concordaram com o TCLE. Esperou-se obter uma amostra por conveniência com pelo menos 618 indivíduos, equivalente a 5% da população, visto que em Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil, havia 11.885 indivíduos segundo o último censo realizado em 2010 em 2021 estima-se que a população era de 12.356 pessoas (Brasil, 2010b).

Foram excluídos da pesquisa aqueles indivíduos que não concordaram com o TCLE, ou se recusaram a responder ao questionário semiestruturado, bem como enviou as respostas dos questionários após 30 dias do recebimento inicial da mensagem com o convite para participar do estudo.

Após a concordância do TCLE ocorreu a coleta dos dados sociodemográficos, do orçamento familiar e do consumo alimentar dos moradores de Rio Paranaíba - MG durante a pandemia por COVID-19, cujo questionário estruturado foi elaborado no *Google Forms*.

A renda familiar foi avaliada em termos de salários mínimos, com as seguintes possibilidades de respostas: 1- () Até R\$ 1.100,00; 2- () De R\$ 1.101,00 até R\$ 2.200,00; 3- () De R\$ 2.201,00 até R\$ 3.300,00; 4- () De R\$ 3.301,00 até R\$ 4.400,00; 5- () De R\$ 4.401,00 até R\$ 5.500,00; 6- () Acima de R\$ 5.500,00. Para a comparação dos dados antes e durante a pandemia levou-se em consideração os números absolutos listados de 1 ao número 6. Estava destacado no cabeçalho do questionário que o período antes da pandemia correspondia aos meses até fevereiro de 2020, e o período durante a pandemia era equivalente àquele mês de aplicação do questionário.

O consumo dos alimentos antes e durante a pandemia foram avaliados com as seguintes possibilidades de respostas: 1- () 1 dia na semana; 2- () 2 dias na semana; 3- () 3 dias na semana; 4- () 4 dias na semana; 5- () 5 dias na semana; 6- () 6 dias na semana; 7- () 7 dias na semana; 8- () Não consumiam.

Avaliou-se o consumo dos alimentos da cesta básica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, óleo e manteiga (Brasil, 2021d). A partir da análise do consumo da cesta básica elaborou uma figura utilizando imagens disponíveis no *Google* e na Plataforma do *Canvas*.

Os dados obtidos no estudo estão apresentados nas frequências absolutas e relativas. O projeto foi aprovado pelo CEP (Brasil, 2012) com os seguintes dados do parecer (CAAE: 53345521.9.0000.5153, Número do Parecer: 5.236.205).

3. Resultados e Discussão

Participaram do estudo 203 indivíduos, sendo que 42,36% (n = 86) foram do gênero masculino (Tabela 1). A participação dos homens neste estudo foi considerada elevada, visto que na maioria dos estudos o gênero feminino é o que possui a maior participação. De acordo com Malta *et al.* (2020), o gênero feminino é descrito como fator determinante para as escolhas nutricionais durante a pandemia. A maioria dos participantes possuíam até 40 anos, e tinham o ensino médio, ou o ensino superior incompleto ou completo. Com relação a moradia observou-se que 13,79% (n = 28) residiam na zona rural ou nos distritos do município de Rio Paranaíba - MG.

Tabela 1: Frequência absoluta e relativa dos dados socioeconômicos dos avaliados. Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil, 2022.

Gênero	Feminino	113	55,67%
	Masculino	86	42,36%
	Outro	4	1,97%
Faixa etária (anos)	18 a 30	70	34,48%
	31 a 40	80	39,41%
	41 a 50	40	19,70%
	≥51	13	6,40%
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	1	0,49%
	Ensino Fundamental Completo	7	3,45%
	Ensino Médio Incompleto	23	11,33%
	Ensino Médio Completo	83	40,89%
	Ensino Superior Incompleto	42	20,69%
	Ensino Superior Completo	42	20,69%
	Pós-graduação Incompleta	3	1,48%
Pós-graduação Completa	2	0,99%	
Local de residência	Zona urbana	175	86,21%
	Zona rural ou nos distritos do município	28	13,79%
Membros da família (antes da pandemia)	Moro sozinho(a)	0	0,0%
	Eu e mais 01 pessoa	3	1,48%
	Eu e mais 02 pessoas	32	15,76%
	Eu e mais 03 pessoas	71	34,98%
	Eu e mais 04 pessoas	75	36,95%
	Eu e mais 05 pessoas	19	9,36%
	Eu e mais de 05 pessoas	3	1,48%
Membros da família (durante a pandemia)	Moro sozinho(a)	0	0,0%
	Eu e mais 01 pessoa	4	1,97%
	Eu e mais 02 pessoas	30	14,78%
	Eu e mais 03 pessoas	75	36,95%
	Eu e mais 04 pessoas	70	34,48%
	Eu e mais 05 pessoas	22	10,84%
	Eu e mais de 05 pessoas	2	0,99%

Renda familiar (antes da pandemia)	Até R\$ 1.100,00	3	1,48%
	De R\$ 1.101,00 até R\$ 2.200,00	64	31,53%
	De R\$ 2.201,00 até R\$ 3.300,00	100	49,26%
	De R\$ 3.301,00 até R\$ 4.400,00	29	14,29%
	De R\$ 4.401,00 até R\$ 5.500,00	5	2,46%
	Acima de R\$ 5.500,00	2	0,99%
Renda familiar (durante a pandemia)	Até R\$ 1.100,00	7	3,45%
	De R\$ 1.101,00 até R\$ 2.200,00	103	50,74%
	De R\$ 2.201,00 até R\$ 3.300,00	68	35,50%
	De R\$ 3.301,00 até R\$ 4.400,00	18	8,87%
	De R\$ 4.401,00 até R\$ 5.500,00	4	1,97%
	Acima de R\$ 5.500,00	3	1,48%

Fonte: Autores (2022).

Antes e durante a pandemia a maioria das residências possuíam o(a) avaliado(a) e mais até 4 pessoas, e a renda familiar variou entre 1 a 3 salários mínimos, sendo que 19,40% (n = 40) dos entrevistados receberam benefício social durante a pandemia, e apenas 6,91% (n = 12) relataram que algum membro familiar não trabalhava no momento da pesquisa.

Para assegurar a sobrevivência de muitos indivíduos durante as restrições pandêmicas, as políticas de renda mínima para aqueles em situação mais vulnerável como os programas emergenciais foram consideradas essenciais (Alpino *et al.*, 2020; Barbosa e Prates, 2020). Houve perda de valor econômico da renda obtida, sendo que Lima *et al.* (2021), identificaram que os trabalhadores autônomos receberam apenas 60% dos valores que recebiam antes da pandemia; os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam 76% do habitual; e os trabalhadores do setor privado com carteira e funcionários públicos receberam em média 90% do habitual.

Quanto as frutas, verduras, carnes e leites houve um consumo aumentado durante a pandemia em até 5 dias na semana. No entanto, alguns dos entrevistados relataram que não consumiram tais alimentos nenhum dia da semana (Tabela 2). Independente das mudanças provocadas pelo COVID 19, já se observava anteriormente à pandemia, uma transformação no mercado de frutas e hortaliças, no qual o consumidor, sobretudo aquele de maior poder aquisitivo, vinha procurando mais conveniência e praticidade na aquisição e no preparo, bem como o uso de *delivery* (Rodrigues *et al.*, 2022). Conforme Santana; et al., (2021), no início da pandemia houve um aumento de 35 a 40% nas vendas de frutas e hortaliças em supermercados.

De acordo com Ruiz-Roso *et al.* (2020), durante o confinamento devido a pandemia a aquisição de produtos frescos pode tornar-se mais difícil, além de aumentar a falta de alguns itens alimentares. A *Food and Agriculture Organization* (FAO) reconheceu que a pandemia de COVID-19 causou interrupções nas cadeias de suprimento ao redor do mundo, e afetou tanto a oferta quanto a demanda. Segundo Santana; et al., (2021), a pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) mostrou que embora as hortaliças continuem acessíveis para compra durante a pandemia, o maior consumo foi observado entre os indivíduos com uma elevada renda nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo.

Antes da pandemia já se observava uma alteração no consumo alimentar do brasileiro, pois conforme os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiar (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017-2018, percebeu-se um aumento no consumo dos alimentos processados em 18% e dos alimentos ultraprocessados em 46%, enquanto os alimentos *in natura* diminuíram em 7% (Brasil, 2021a).

Houve uma redução no consumo diário (sete dias) de frutas, verduras, carnes, leite e ovos entre os indivíduos avaliados de Rio Paranaíba (Tabela 2). Em novembro de 2014 foi publicada a segunda versão do Guia Alimentar para a População Brasileira, que incentiva o consumo de alimentos frescos (frutas, carnes e legumes) e minimamente processados (arroz, feijão e frutas secas), além de recomendar que sejam evitados os produtos ultraprocessados (macarrão instantâneo,

salgadinhos de pacote e refrigerantes). O objetivo deste Guia é proporcionar o conhecimento das mais variadas espécies de frutas, hortaliças, leguminosas, tubérculos, cereais e ervas existentes no país para melhorar a qualidade nutricional das refeições (Brasil, 2014).

Segundo Gurgel *et al.* (2020), as famílias brasileiras apresentaram um elevado consumo de alimentos fontes de açúcares, principalmente os refrigerantes, pouca ingestão de frutas e hortaliças e aumento do número de refeições feitas fora do domicílio, especialmente na região Sudeste. No entanto, os avaliados deste estudo demonstraram um consumo reduzido de industrializados e *fast food*, sugerindo que tal fato ocorreu pela diminuição da renda destas famílias durante a pandemia, além do fato de existir poucas opções de *delivery* em Rio Paranaíba e nos distritos do município avaliado.

Tabela 2: Frequência de consumo dos alimentos pelo entrevistado e seus familiares antes e durante a pandemia de COVID-19. Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil, 2022.

Frequência	Frutas		Verduras		Carnes		Leite		Ovos		Fast food		Alimentos industrializados	
	Antes	Durante	Antes	Durante	Antes	Durante								
Não consumiam	3 1,48%	4 1,97%	3 1,48%	3 1,48%	5 2,46%	5 2,46%	5 2,46%	7 3,45%	5 2,46%	8 3,94%	107 52,71%	140 68,97%	93 45,81%	104 51,23%
1 dia	2 0,98%	3 1,48%	3 1,48%	3 1,48%	-	1 0,49%	5 2,46%	5 2,46%	10 4,93%	39 19,21%	40 19,70%	40 19,70%	21 10,34%	34 16,75%
2 dias	3 1,48%	11 5,42%	2 0,99%	6 2,96%	2 0,99%	7 3,45%	5 2,46%	13 6,40%	66 32,51%	90 44,33%	31 15,27%	18 8,87%	36 17,73%	32 15,76%
3 dias	19 9,36%	34 16,75%	14 6,90%	25 12,32%	6 2,96%	21 10,34%	16 7,88%	27 13,30%	57 28,08%	31 15,27%	12 5,91%	1 0,49%	22 10,84%	17 8,37%
4 dias	27 13,30%	38 18,72%	21 10,34%	36 17,73%	13 6,40%	59 29,06%	23 11,33%	47 23,15%	34 16,75%	22 10,84%	9 4,43%	4 1,97%	12 5,91%	11 5,42%
5 dias	46 22,66%	70 34,48%	35 17,24%	76 37,44%	51 25,12%	78 38,42%	51 25,12%	57 28,08%	20 9,85%	7 3,45%	3 1,48%	-	13 6,40%	3 1,48%
6 dias	54 26,60%	36 17,73%	68 33,50%	36 17,73%	81 39,90%	16 7,88%	54 26,60%	25 12,32%	7 3,45%	3 1,48%	1 0,49%	-	4 1,97%	-
7 dias	49 24,14%	7 3,45%	57 28,08%	18 8,87%	45 22,17%	16 7,88%	44 21,67%	22 10,84%	4 1,97%	3 1,48%	-	-	2 0,99%	2 0,99%

Legenda: *Fast food* (sanduíches, pizzas e outros). Alimentos industrializados (refrigerantes, enlatados, embutidos e outros). - Significa que 0 indivíduos responderam tal item. Fonte: Autores (2022).

A maioria dos avaliados deste estudo relatou que não consumiram *fast food* durante a pandemia (Tabela 2). Vários estudos demonstram que além das mudanças de comportamento, a população brasileira modificou seus hábitos alimentares durante a pandemia. Steele *et al.* (2020) observaram um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados nas regiões economicamente menos desenvolvidas, e por pessoas com menor escolaridade. De acordo com Campagnaro *et al.* (2020), 61,5% dos avaliados destacaram mudanças dos seus lares, sendo que 33,1% estavam escolhendo alimentos mais saudáveis, enquanto os demais relataram aumento no consumo de alimentos processados, massas, alimentos congelados e salgadinhos.

Do ponto de vista da condição econômica, as famílias com perda significativa de renda relataram estar comendo menos do que antes ou optando por alimentos de menor custo, fato que contribuiu para o aumento da insegurança alimentar e nutricional (Costa, 2020; Ribeiro-Silva *et al.*, 2020). De acordo com o Estudo Nutrinet Brasil, houve o aumento no consumo de hortaliças, frutas e feijão no período da pandemia, bem como dos ultraprocessados nas regiões Norte e Nordeste, e entre as pessoas de menor escolaridade das regiões do Sul e Sudeste houve uma diminuição do consumo de ultraprocessados (Souza *et al.*, 2020).

A alteração do consumo de alimentos ocasionada pelo isolamento social foi observada, tanto pelo medo de contrair COVID-19 pelo contato com alimentos contaminados, como pela necessidade de aumento de preparo e consumo de alimentos no lar. Conforme Rodrigues *et al.* (2022), foi observado um aumento do consumo de alimentos *in natura*, que normalmente estão vinculados a uma alimentação saudável; por outro lado houve uma redução do consumo de frutas e hortaliças, além do aumento do consumo de doces, bebidas açucaradas, *fast food*, *snacks* e pratos prontos congelados, demonstrando o estabelecimento de um padrão alimentar desfavorável à saúde.

A maioria dos entrevistados ingeriam ovos até quatro dias na semana, sendo que alguns não consumiam tal alimento nenhum dia na semana (Tabela 2). A proteína é um macronutriente de importância fundamental para o funcionamento dos ossos, músculos, pele, cabelos e outros órgãos, e na formação das enzimas, hormônios e anticorpos (Uggoni *et al.*, 2020). Em uma alimentação saudável e diversificada, as pessoas conseguem obter todos os aminoácidos essenciais. Com isso, o corpo tem condições de produzir a proteína necessária para seu bom funcionamento. No entanto, quando a alimentação não proporciona aminoácidos em quantidade suficiente, o corpo atrasa ou interrompe a síntese das proteínas, o que traz uma série de prejuízos ao organismo. Alguns dos sinais de carência de proteínas são a fadiga, queda de cabelo e problemas digestivos. Porém, ainda mais grave é o enfraquecimento do sistema imunológico, causando adoecimento com frequência e a redução da massa muscular (Botelho; et al., 2020).

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é um índice brasileiro que mede os preços efetivamente cobrados ao consumidor de uma cesta de produtos e serviços. Em 2020, como consequência da pandemia, a dinâmica global da produção de alimentos mudou (Ribeiro & Prelelué, 2021; Santos; et al., 2021). De acordo com a série histórica do IPCA de 2020 os preços dos produtos apresentaram altas em quase todos os meses, exceto abril e maio, que tiveram um isolamento social mais severo. A categoria de alimentação e bebidas que contém os itens frutas, carnes, leites e derivados, aves e ovos foi o grupo que contribuiu com variação em todos os meses (Nascimento *et al.*, 2022).

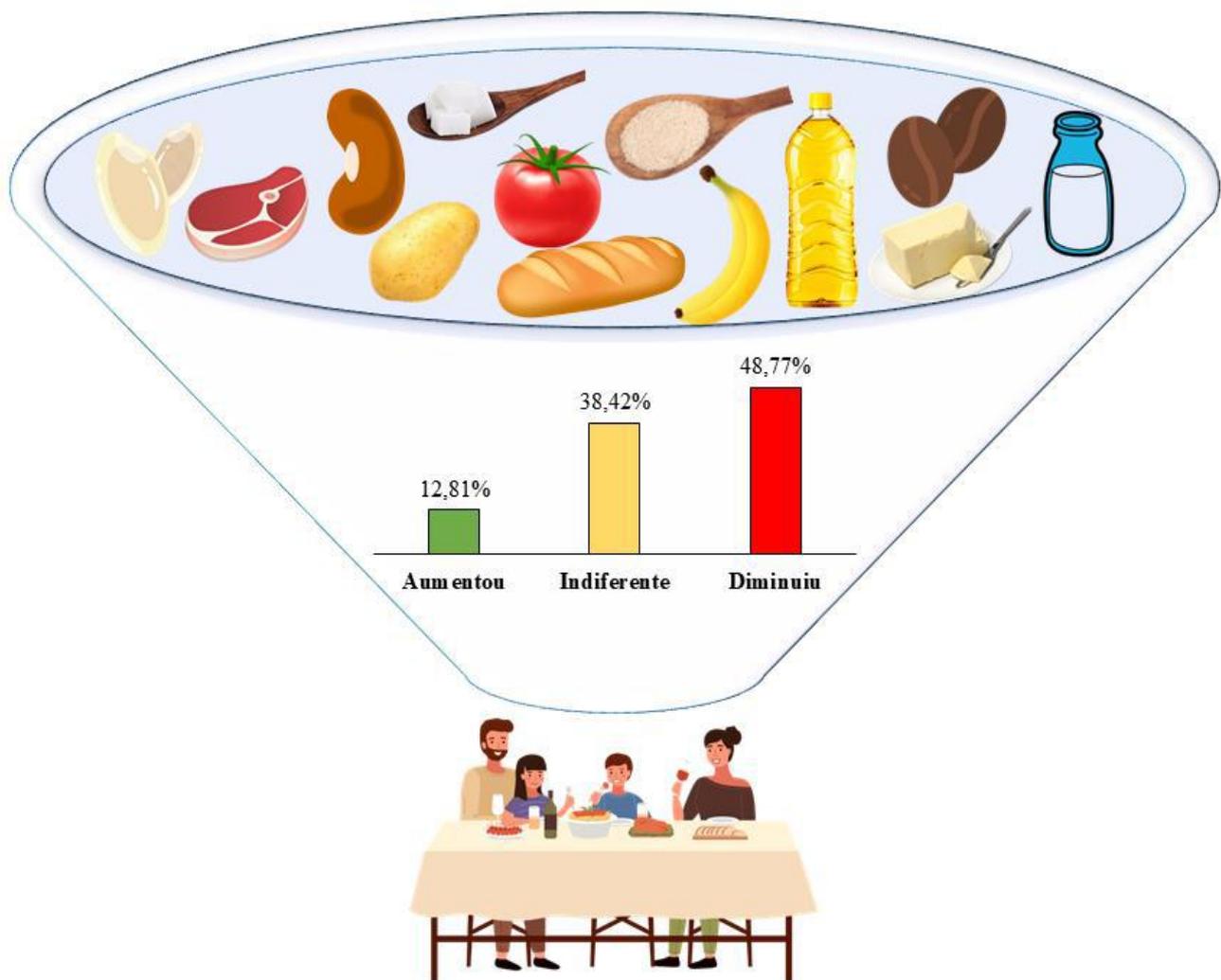
De acordo com dados do IBGE (2020), entre janeiro e setembro de 2020, o índice geral de inflação foi de 1,34%, porém, houve aumento no preço dos ovos de galinha de 7,65%. Considerando todos os meses de 2020, os preços das proteínas animais começaram a apresentar alta principalmente no terceiro trimestre e esse fator afetou, de forma positiva, o consumo de ovos de galinha que se destacam como um dos alimentos fontes de proteína economicamente mais viável (Nascimento *et al.*, 2022).

A maioria dos avaliados relatou não ingerir alimentos industrializados durante a pandemia (Tabela 2). Alguns estudos destacam sobre o fortalecimento das redes de supermercados com vendas virtuais (Schneider *et al.*, 2020), e dos aplicativos de *delivery* que ampliam a aquisição de alimentos rápidos ou do tipo *fast food* (Araújo *et al.*, 2021), bem como pelo fato das

pessoas passarem mais tempo em casa, ficando mais expostas ao conteúdo de publicidade de alimentos na televisão e na internet, especialmente de ultraprocessados, os quais corresponderam a 60,7% dos anúncios (Aro; et al., 2021). Por outro lado, passar mais tempo em casa, possibilita o resgate das habilidades culinárias e o preparo do próprio alimento, sendo que tal fato foi amplamente estimulado pelas redes sociais e midiáticas tendendo a aumentar o consumo de alimentos mais saudáveis (Pereira *et al.*, 2020; Uggioni *et al.*, 2020).

Na Figura 1 estão ilustrados os alimentos da cesta básica avaliada (Brasil, 2021d), sendo que 48,77% (n = 99) dos entrevistados relatou que houve sua diminuição durante a pandemia, entretanto não foram avaliados os alimentos que aumentaram ou diminuíram o seu consumo durante a pandemia. Segundo Ribeiro-Silva *et al.* (2020), os alimentos como arroz, feijão, óleo e leite, itens básicos da alimentação brasileira, estão cada vez mais caros, sendo que os preços observados nas prateleiras do mercado subiram em resposta a desvalorização do real, mudanças de hábitos alimentares, de consumo, aumento da inflação e da Taxa Selic (taxa básica de juros no Brasil) aliados a crise econômica devido a pandemia por COVID-19.

Figura 1: Consumo dos itens da cesta básica durante a pandemia de COVID-19. Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil, 2022.



Fonte: Autores (2022).

Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos familiares (POF) de 2008-2009 realizada com 34.003 moradores na região Sudeste, os alimentos consumidos com maior frequência foram o arroz (84,0%); o feijão (72,8%) e o café (79,0%). Os homens

apresentaram o menor consumo de verduras, legumes e frutas, sendo que na zona rural houve um maior consumo *per capita*/dia de arroz, feijão, batata-doce, mandioca, farinha de mandioca, manga, tangerina, peixes, e carnes salgadas, enquanto na zona urbana destacaram-se os produtos processados (Brasil, 2010a).

A distribuição de cestas básicas superou a transferência direta de renda, na modalidade de vale alimentação, e depende da escolha das autoridades locais. Os órgãos que optaram pelas cestas básicas apontam a necessidade de uma compra em grande quantidade para atender ao maior número de pessoas atingidas pelo distanciamento social recomendada pelos governos locais durante a pandemia. No entanto, o vale alimentação é apontado por aqueles que o adotam como um meio mais ágil para aumentar a renda e garantir a segurança alimentar de famílias que antes contavam com a alimentação escolar para parte dos membros da família, reduzindo os gastos diários (Silva Filho & Gomes Júnior, 2020).

4. Considerações Finais

A pandemia da COVID-19 trouxe impactos no orçamento e nos hábitos alimentares dos moradores de Rio Paranaíba - MG, pois alguns indivíduos relataram que não houve o consumo de frutas, verduras, carnes e leites durante a pandemia nenhuma vez por semana, como provável consequência da diminuição da renda destas famílias e do aumento do preço destes produtos nas prateleiras. A maioria dos avaliados relatou não ingerir alimentos industrializados durante a pandemia, sugerindo que tal fato ocorreu pela dificuldade financeira e a pouca disponibilidade de produtos como *fast food*. Ao comparar o município de Rio Paranaíba com o Brasil é possível observar que enquanto algumas regiões do país muitas pessoas ficaram completamente sem alimentos, este fato não foi observado entre os avaliados, uma vez que na região do Alto Paranaíba onde se localiza tal município o agronegócio tem um grande destaque e não parou durante a pandemia.

Assim, destaca-se a necessidade de realizar outros estudos para uma maior compreensão da realidade das famílias desta cidade avaliada, bem como discutir políticas públicas que possam contribuir com melhorias do orçamento para aumentar o poder de compra dos alimentos que impactam diretamente na qualidade de vida dos indivíduos.

Agradecimentos

Aos alunos Bruno Luís de Noronha Carvalho (Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba), e Vitória Quintino de Melo (Curso de Nutrição, Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba) pela digitação e tabulação dos dados no Programa Excel.

Referências

- Alpino, T. M. A., Santos, C. R. B., Barros, D. C., & Freitas, C. M. (2020). Covid-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal Brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00161320. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>.
- Araújo, S. M., Silva, A. T. P., Santos, G. M., Fernandes, L. C. B., Lima, M. F. S., Silva, C. S., *et al.* (2021). Promovendo a alimentação e nutrição adequada durante a pandemia de Covid-19: um relato de experiência. *Revista Extensão em Foco*, 3, 202-215. 10.5380/ef.v0i23.80584.
- Aro, F., Pereira, B. V., & Bernardo, D. N. D'A. (2021). Comportamento alimentar em tempos de pandemia por Covid-19. *Brazilian Journal of Development*, 7, 59736-59748. 10.34117/bjdv7n6-386.
- Barbosa, R. J., & Prates, I. (2020). Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP no. 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. *IPEA - Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, 26, 65-80. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10187/1/bmt_69_EfeitoDesemprego.pdf.
- Botelho, L. V., Cardoso, L. O., & Canella, D. S. (2020). COVID-19 e ambiente alimentar digital no Brasil: reflexões sobre a influência da pandemia no uso de aplicativos de *delivery* de comida. *Caderno de Saúde Pública*, 36, e00148020. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00148020>.
- Brasil. (2010a). IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF)*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>.

- Brasil. (2010b). IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Rio Paranaíba, 31 mai. 2022*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-paranaiba/panorama>.
- Brasil. (2012). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- Brasil. (2014). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica*. (2ª. ed.): Ministério da Saúde, 2014. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf.
- Brasil. (2021a). IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (POF)*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=31309;t=o-que-e.pdf>.
- Brasil. (2021b). Ministério da Saúde. Coronavírus - Covid-19. *Website do Ministério da Saúde*. <https://covid.saude.gov.br/>.
- Brasil. (2021c). Organização Mundial de Saúde. *Folha informativa sobre covid-19*. Brasília: OMS, 13 jul. 2021. <https://www.paho.org/pt/covid19>.
- Brasil. (2021d). *Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos*. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202101.html>.
- Campagnaro, R., Collet, G. O., Andrade, M. P., Salles, J. P. S. L., Fracasso, M. L. C., Scheffel, D. L. S., et al. (2020). COVID-19 pandemic and pediatric dentistry: Fear, eating habits and parent's oral health perceptions. *Children and Youth Services Review*, 118, 105469. [10.1016/j.childyouth.2020.105469](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105469).
- Costa, S. S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54, 969-978. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª. ed.): Atlas.
- Gurgel, L. A. M., Santos, C. C. S., Alves, K. P. S., Araujo, J. M., & Leal, V. S. (2020). Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Revista Tema Livre*, 3, 4945-4956. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.33912020>.
- Khatib, A. S. E. (2020). Economia versus epidemiologia: uma análise do *trade-off* entre mercados e vidas em tempos de covid-19. *Economia em Revista*, 5, 1-18. <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/786/1092>.
- Lima, C. A., Oliveira, A. J. S., Freitas, W. M. L., Lopes, H. H. S., Montes, G. A., Silva, P. G., et al. (2021). Redução da renda familiar dos professores da educação básica de Minas Gerais na pandemia da Covid-19. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 19, e00329160. [10.1590/1981-7746-sol00329](https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00329).
- Malta, D. C., Szwarcwald, C. L., Barros, M. B. A., Gomes, C. S., Machado, Í. E., Souza Júnior, P. R. B., et al. (2020). A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29, e2020407. <https://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400026>.
- Moretti, S. L. A., Gabriel, M. L. D. S., Prado, R. A. D. P., & Fagundes, A. F. A. (2021). Comportamento dos consumidores durante a pandemia de COVID-19: análise de classes latentes sobre atitudes de enfrentamento e hábitos de compra. *Journal of Management and Economics for Iberoamerica*, 37, 303-317. <https://doi.org/10.18046/j.estger.2021.159.4433>.
- Nascimento, A. C. F., Machado, B. L., Oliveira, J. R., & Mendonça, M. O. (2022). Impactos da pandemia da Covid19 na avicultura do Brasil. *Nutri-Time Revista Eletrônica*, 19, 9094-9104.
- Pereira, M. D., Oliveira, L. C., Costa, C. F. T., Bezerra, C. M. O., Pereira, M. D., Santos, C. K. A., et al. (2020). A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 9, e652974548. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4548>.
- Ribeiro, C. F., & Prelelué, F. V. (2021). Os impactos decorrentes da pandemia ocasionada pela covid-19 no gerenciamento das finanças pessoais. *Revista Científica Multidisciplinar do Núcleo do Conhecimento*, 5, 58-88.
- Ribeiro-Silva, R. C., Pereira, M., Campello, T., Aragão, É., Guimarães, J. M. M., Ferreira, A. J., et al. (2020). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 3421-3430. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>.
- Rodrigues, L. V., Rodrigues, A. R. P., Antunes, V. C., Medeiros, M. B. O., & Chávez, D. W. H. (2022). Impacto da pandemia de Covid-19 e do isolamento social no consumo de frutas e hortaliças em residentes de municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos UniFOA*, 17, 21-32. <https://doi.org/10.47385/cadunifoa.v17.n48.3822>.
- Ruiz-Roso, M. B., Padilha, P. C., Mantilla-Escalante, D. C., Ulloa, N., Brun, P., Acevedo-Correa, D., et al. (2020). Covid-19 confinement and changes of adolescent's dietary trends in Italy, Spain, Chile, Colombia and Brazil. *Revista Nutrients*, 12, 1807. [10.3390/nu12061807](https://doi.org/10.3390/nu12061807).
- Santana, A. G., Costa, M. L. G., & Shinohara, N. K. S. (2021). Alimentação em tempos de pandemia do Coronavírus: a ressignificação de uma prática cotidiana e dietética. *Research, Society and Development*, 10, e50410313442. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13442>.
- Santos, R. S. M., Raposo, L. M., & Ayres, E. M. M. (2021). Impacto da pandemia de coronavírus (covid-19) no comportamento alimentar. *SEMEAR: Revista de Alimentação, Nutrição e Saúde*, 3, 24-27.
- Schneider, S., Cassol, A., Leonardi, A., & Marinho, M. M. (2020). Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Revista Estudos Avançados*, 34, 167-188. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>.
- Silva Filho, O. J., & Gomes Júnior, N. N. (2020). O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. *Caderno de Saúde Pública*, 36, e00095220. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00095220>.

Souza, B. F. N. J., Bernardes, M. S., Vieira, V. C. R., Francisco, P. M. S. B., Marín-León, L., Camargo, D. F. M., *et al.* (2020). (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. *Interamerican Journal of Medicine and Health*, 3, e202101001. <https://doi.org/10.31005/iajmh.v4i.160>.

Steele, E. M., Rauber, F., Costa, C. S., Leite, M. A., Gabe, K. T., Louzada, M. L. C., *et al.* (2020). Mudanças alimentares na coorte NutriNet Brasil durante a pandemia de covid-19. *Revista de Saúde Pública*, 54, 1-8. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002950>.

Uggioni, P. L., Elpo, C. M. F., Geraldo, A. P. G., Fernandes, A. C., Mazzonetto, A. C., & Bernardo, G. L. (2020). Cooking skills during the Covid-19 pandemic. *Revista de Nutrição*, 33, e200172. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200172>.

Zago, M. A. V. (2021). As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, 28, 1-14. <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661900>.